

**HABEAS CORPUS Nº 546.068 - SP (2019/0344344-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : FERNANDO CATACHE BORIAN - SP272872  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : WILLIAN DOUGLAS TORNIOLO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **WILLIAN DOUGLAS TORNIOLO**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Narram os autos que o paciente obteve a progressão ao regime semiaberto, por decisão de 1º Grau (fls. 22-23).

Irresignado o d. Ministério Público interpôs recurso de agravo em execução, o qual foi **provido**, afastando-se, portanto, a r. decisão combatida, considerada como de natureza constitutiva, em v. acórdão assim ementado (fls. 66-70):

*"AGRAVO EM EXECUÇÃO. Progressão ao regime aberto. Retificação de cálculo. Laps temporal inicia-se a partir da decisão concessiva e não do preenchimento dos respectivos requisitos legais - Recurso ministerial provido."*

No presente **habeas corpus**, a d. Defesa, ora impetrante, sustenta que a decisão que concede a progressão de regime tem natureza declaratória, e não constitutiva, de modo que a data-base para a próxima progressão deverá ser aquela em que o reeducando preencheu os requisitos legais e não a data em que proferida a decisão concessiva. Assevera que este é o atual entendimento da jurisprudência.

No caso dos autos, esclarece que deve ser considerada a data de preenchimento do requisito temporal (objetivo).

Requer a concessão da ordem, inclusive LIMINARMENTE, com "a concessão da medida liminar requisitada para o fim de determinar a que o cálculo seja realizado considerando o marco para a progressão a data que efetivamente preencheu o requisito objetivo 04/11/2018, e não a do início do cumprimento da reprimenda no regime semiaberto, como determinado anteriormente pelo Nobre Magistrado de primeiro grau [...] no mérito, a confirmação da medida liminar, bem como a concessão da ordem para determinar que o cálculo seja realizado considerando o marco para a progressão a data que efetivamente preencheu o requisito objetivo 04/11/2018, e não a do início do cumprimento da reprimenda no regime semiaberto, como determinado anteriormente pelo Nobre Magistrado de primeiro grau" (fl. 7).

É o relatório.

**Decido.**

Da análise perfunctória, própria dos pedidos liminares, é possível se aferir a presença de constrangimento ilegal em desfavor do paciente, uma vez que esta Corte Superior de Justiça tem entendimento firmado no sentido de que a decisão que concede progressão de regime tem natureza meramente declaratória e não constitutiva.

Dessa forma, a data-base para a nova progressão é aquela em que foram atendidos os requisitos legais e não a data em que tal fato foi reconhecido por decisão judicial. Confira-se:

*"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS  
SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA  
ELEITA. PROGRESSÃO PARA O REGIME ABERTO. EXCESSO DE  
PRAZO NA APRECIÇÃO DO PLEITO ANTERIOR, OBJETIVANDO  
O REGIME SEMIABERTO. DATA EM QUE EFETIVAMENTE  
IMPLEMENTADOS OS REQUISITOS OBJETIVO E SUBJETIVO, E  
NÃO A DATA DA EFETIVA INSERÇÃO NO REGIME  
INTERMEDIÁRIO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO.  
[...]"*

*2. Após o julgamento proferido pelo Supremo  
Tribunal Federal no HC 115.254/SP, esta Corte Superior de  
Justiça, revendo o entendimento anterior, passou a entender que,*

*"na execução da pena, o marco para a progressão de regime será a data em que o apenado preencher os requisitos legais (art. 112, LEP), e não a do início do cumprimento da reprimenda no regime anterior. A decisão que defere a progressão de regime tem natureza declaratória, e não constitutiva. Deve ser aplicada a mesma lógica utilizada para a regressão de regime em faltas graves (art. 118, LEP), em que a data-base é a da prática do fato, e não da decisão posterior que reconhece a falta." Precedentes.*

*3. Habeas corpus não conhecido. Contudo, ordem concedida de ofício para cassar o acórdão prolatado pelo Tribunal a quo e determinar, em consequência, que o Juízo das Execuções Criminais adote como data-base para futura progressão de regime o dia em que efetivamente implementados os requisitos objetivo e subjetivo, e não a do início do cumprimento da reprimenda no regime anterior." (HC 439.068/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 23/03/2018)*

Ante o exposto, até julgamento definitivo neste **writ**, **DEFIRO o pedido liminar, parcialmente**, a fim de suspender os efeitos do v. acórdão impugnado, que fixou, como data-base para a nova progressão, aquela em que foi proferido o **decisum** que concedeu ao paciente o benefício anterior.

Solicitem-se informações à autoridade indigitada de coatora, bem assim ao d. Juízo das Execuções Penais.

Após, vista dos autos ao d. Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator